



Os verbos ‘ter’ e ‘haver’: variação e mudança na língua portuguesa no Brasil

Joyce Elaine de Almeida Baronas* e Rebeca Louzada Macedo

Universidade Estadual de Londrina, Rodovia Celso Garcia Cid, PR-445, Km 380, 86057-970, Londrina, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: joyal@uel.br

RESUMO. A língua, enquanto meio de interação social, participa da realidade humana modificando-se, constituindo novas formas e estruturas linguísticas do ambiente social. Estudos da Sociolinguística evidenciam a variação e as mudanças frequentes nas línguas. A partir desse viés teórico, o presente trabalho objetiva analisar a abordagem dos verbos ‘ter’ e ‘haver’ nas gramáticas normativas e descritivas. Para isto, foram analisadas as abordagens sobre esses verbos nas gramáticas de Rocha Lima (1974), Cunha (1982), Castilho (2010) e Perini (2010). O presente trabalho justifica-se pelo desejo de observar como as mudanças no uso desses verbos se refletiram nos compêndios gramaticais e, conseqüentemente, no ensino de Língua Portuguesa no Brasil. Dessa forma, a pesquisa caminhará entre os estudos sobre as mudanças linguísticas e a história do ensino de Língua Portuguesa no Brasil entrelaçada à concepção da língua enquanto fenômeno social e heterogêneo. Assim, a partir da realização desta pesquisa, foi possível verificar que, diferentemente das gramáticas normativas, as descritivas retratam as mudanças ocorridas no uso dos verbos ‘ter’ e ‘haver’.

Palavras-chave: verbos ter e haver; variação e mudança linguística; gramáticas normativas e descritivas.

The verbs *ter* and *haver*: variation and change in portuguese language in Brazil

ABSTRACT. Language, as a means of social interaction, participates in the changing human reality, constituting new linguistic forms and structures of the social environment. Sociolinguistics studies show the frequent variation and changes in languages. From this theoretical bias, this paper aims to analyze the approach of verbs *ter* and *haver* in normative and descriptive grammars. For this, we analyzed the approaches on these verbs in the grammars of Rocha Lima (1974), Cunha (1982), Castilho (2010) and Perini (2010). The present study is justified by the desire to observe how the changes in the use of these verbs were reflected in the grammar compendiums and, consequently, in the Portuguese Language teaching in Brazil. Thus, the research will walk between studies on linguistic changes and the history of Portuguese Language teaching in Brazil intertwined with the conceptions of language. From this research, it was possible to verify that, unlike normative grammars, the descriptive portray the reality Brazilian linguistics, in the use of the verbs *ter* and *haver*.

Keywords: verbs *ter* and *haver*; linguistic variation and change; normative and descriptive grammars.

Received on March 3, 2020.

Accepted on July 7, 2020.

Introdução¹

As línguas sofrem mudanças constantes que ocorrem com o tempo e de forma progressiva. Ao observar a Língua Portuguesa no Brasil e seus caminhos no decorrer dos anos, é possível verificar que muitas transformações ocorreram.

Dentre as inúmeras mudanças já constatadas nos estudos diacrônicos e históricos da Língua Portuguesa no Brasil, esta pesquisa contempla a mudança no uso dos verbos ‘ter’ e ‘haver’ nas estruturas de posse, impessoais, modais e de tempo composto. Diversas pesquisas já foram realizadas a esse respeito, dentre elas, ressaltam-se: Ribeiro, 1996; Mattos e Silva, 2002; Callou e Avelar, 2002; Almeida e Callou, 2003; Avelar, 2005; Mattos e Silva 2009; Oliveira, 2010.

¹ O presente trabalho consiste em um recorte da dissertação de título “Os verbos ‘ter’ e ‘haver’: história, mudanças e ensino da língua portuguesa no Brasil” defendida por Rebeca Louzada Macedo, sob orientação de Joyce Elaine de Almeida Baronas, no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina, no ano de 2015.

Assim, este artigo justifica-se pela necessidade de verificar se a heterogeneidade linguística reflete-se nos materiais de aporte para professores e estudiosos da língua, considerando a necessidade de abordar a variação linguística incorporada ao ensino gramatical, para além de reflexões caricatas e fundamentando o seu ensino em pesquisas linguísticas. Seu objetivo consiste em analisar a abordagem de gramáticas normativas e descritivas sobre os verbos 'ter' e 'haver', observando se a mudança e a variação entre tais palavras são contempladas nas obras. Para o estudo, foram selecionadas as publicações de Rocha Lima (1974), Cunha (1982), Castilho (2010) e Perini (2010). A partir da comparação dessas publicações, com os resultados obtidos, tornou-se possível identificar se há diferença no tratamento de ambos os verbos nas gramáticas analisadas.

Metodologia

O presente trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica de análise qualitativa, pois pretende analisar compêndios gramaticais, no que diz respeito à descrição e prescrição dos usos dos verbos 'ter' e 'haver' em publicações com diferentes motivações. Para tanto, foram selecionadas duas obras de caráter prescritivo, apesar de, enquanto gramática, serem também descritivas, no que diz respeito a descrever a estrutura linguística. Além disso, foram selecionadas também duas publicações de caráter descritivo.

A seleção de Rocha Lima (1974) e Cunha (1982) como exemplares da gramática de caráter prescritivo ocorreu devido ao fato de serem muito utilizadas como fonte bibliográfica para materiais didáticos e para outras gramáticas e por considerarem o caráter heterogêneo da língua em diversos trechos da publicação, apesar de esse não ser o seu fio condutor. Já em relação à escolha das gramáticas de teor descritivo, em meio a tantas publicações recentes com esse caráter, selecionaram-se as obras de Castilho (2010) e Perini (2010) a fim de retratar mais de uma linha de estudo linguístico. A publicação de Castilho (2010) aproxima-se do funcionalismo, enquanto a de Perini (2010), do gerativismo.

Mudança e variação linguística

Para o efetivo ensino de Língua Portuguesa no Brasil, considerando os aspectos sociais e linguísticos da realidade dos falantes, é preciso fundamentar os materiais didáticos em obras que considerem as mudanças e a variação inerentes à língua. Neste trabalho, as mudanças linguísticas enquanto fenômeno social e heterogêneo são observadas com base na teoria da Variação e Mudança, elaborada por Labov (2008). A partir desses estudos, é possível observar a mudança em tempo real, reconhecendo que há princípios restritivos que comandam as mudanças, além de princípios intermediários da mudança.

Nas palavras de Labov (2008, 2008, p. 13-14):

[...] existiam barreiras ideológicas para o estudo da língua na vida diária. Primeiramente, Saussure tinha enunciado o princípio de que os sistemas estruturais do presente e as mudanças históricas do passado tinham de ser estudados separadamente (1949:124). Este princípio tinha sido consistentemente erodido por Martinet (1955) e outros que encontraram estrutura nas mudanças passadas, mas pouco progresso fora feito na localização da mudança nas estruturas presentes. A segunda barreira ideológica afirmava explicitamente que a mudança sonora não podia, em princípio, ser observada diretamente. Bloomfield defendia a regularidade da mudança sonora contra a evidência irregular do presente declarando (1933:364) que quaisquer flutuações que pudéssemos observar seriam apenas casos de empréstimo dialetal. Em seguida, Hockett observou que, embora a mudança sonora fosse lenta demais para ser observada, a mudança estrutural era rápida demais (1958:457). O estudo empírico da mudança linguística estava, portanto, eliminado do programa da linguística do século XX.

Os primeiros estudos conduzidos por Labov (2008) nessa linha de pesquisa foram sua dissertação de mestrado sobre o inglês falado na ilha de Martha's Vineyard (centralização de ditongos), no estado de Massachussets, e sua tese de doutorado sobre a estratificação do inglês falado na cidade de Nova York (a variável /r /), ambos orientados por Uriel Weinreich, na Universidade de Colúmbia.

Weinreich, Labov e Herzog (2006) afirmam que estruturas heterogêneas são parte da competência linguística, necessárias para o funcionamento real de qualquer língua, assim o indivíduo tem capacidade para codificar e decodificar essa heterogeneidade. Sob tal enfoque, a variação não é vista como consequência do acaso, mas como um fenômeno cultural motivado por fatores linguísticos e extralinguísticos.

A Sociolinguística entende que o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores de natureza social (externos à língua) ou estrutural (internos à língua), os quais podem exercer pressão sobre os usos (Labov, 2008). A pesquisa na Sociolinguística busca apreender a sistematicidade da

variação, seu encaixamento linguístico e social e uma possível relação com a mudança linguística por meio de análises quantitativas de um *corpus*, escolhido a partir de certas características sociais correlacionadas a uma variável linguística – que pode ser fonético-fonológica, morfossintática, entre outras.

Ter e haver – estruturas possíveis e estudos já realizados

Observa-se que os verbos ‘ter’ e ‘haver’ possuem diversas funções, pois atuam em estruturas que expressam variados sentidos, como posse e existência. As estruturas de posse são sentenças em que há, obrigatoriamente, sujeito e objeto, denotando que ‘alguém possui algo’. As estruturas existenciais podem indicar existência e tempo decorrido, o verbo é seguido de objeto direto e, de acordo com os gramáticos, é impessoal. Como verbos auxiliares, ‘ter’ e ‘haver’ atuam em estruturas de tempo composto e em estruturas modais. Nas estruturas de tempo composto, Cunha e Cintra (2008) afirmam que os verbos ‘ter’ e ‘haver’ são merecedores de realce particular, devido ao seu amplo uso. As estruturas modais são construções nas quais o verbo expressa futuridade e obrigatoriedade, desempenhando papel de modalizador, de acordo com Almeida e Callou (2003).

Segundo Viotti (1998), no latim clássico, o verbo *habere* era empregado com diferentes sentidos. Era utilizado no sentido de habitar, como em *qui Syracusis habet* (quem habita em Siracusa); em expressões cristalizadas como *bene habet* (isso está bem); também tinha o significado de ‘estar com’ ou ‘estar em’, como em *habere vestem* (estar com um vestido). Para Viotti (1998), desse uso provavelmente deriva o sentido de posse desse verbo, pois expressões como *habere fundum* poderiam significar ‘habitar ou estar em um sítio’ e também ‘ter a posse legal do sítio’.

O sentido de posse, ainda segundo Viotti (1998), desenvolveu-se e *habere* começou a competir com o uso ‘esse + dativo’, eram comuns expressões como *habeo aliquid* alternando com *mihi est aliquid* significando ‘eu tenho dinheiro’. Porém, aos poucos, o verbo *habere* perdeu o conteúdo semântico de posse e passou a ser mais utilizado em construções genéricas.

No latim pós-clássico *habere* começou a aparecer em orações impessoais de sentido existencial, concorrendo com o verbo *seer*. Estas construções desenvolveram-se melhor no latim vulgar. Assim, ao chegar à Língua Portuguesa, o verbo ‘haver’ estava perdendo o conteúdo semântico de posse; realizando construções existenciais; e participando como auxiliar em diferentes construções.

O verbo *tenere*, de acordo com Viotti (1998), seguiu *habere* de perto. Inicialmente, *tenere* tinha um significado próximo a ‘manter’ e ‘obter’, aos poucos começou a integrar orações de posse, coocorrendo com *habere*. Possivelmente, *habere* tinha preferência nas orações que denotavam posse de qualidades inerentes ao possuidor, enquanto *tenere* era mais frequente em construções de posse de bens adquiríveis ou externos ao possuidor. No português arcaico essa tendência continua, como indicado por Mattos e Silva e Machado Filho (2009), em documentos do século XIII, o verbo ‘ter’ coocorria com o ‘haver’ em expressões de posse de propriedade adquirível material e propriedade adquirível imaterial. Assim, ao chegar à Língua Portuguesa, o verbo ‘ter’ foi esvaziado em seu conteúdo semântico, passando a atuar como verbo auxiliar em diversas orações e a ser utilizado de maneira genérica em várias construções.

Callou e Avelar (2002) organizaram tais verbos a partir das estruturas nas quais podem atuar: (i) estruturas existenciais, formadas pelo verbo impessoal mais objeto e algum locativo, por exemplo: ‘há/tem cinco cadeiras na sala’; (ii) estruturas que expressam posse, formadas pelo sujeito, pelo verbo e o objeto possuído, por exemplo: ‘Juliana tem cinco pares de sapato’, o sentido de posse, atualmente, não pode ser expresso pelo verbo ‘haver’, apenas pelo verbo ‘ter’; (iii) estruturas de tempo composto, em que os verbos ‘ter’ e ‘haver’ atuam como auxiliares de outro verbo no particípio passado, como em: ‘Ele tem estado doente’ ou ‘Carol havia respondido à pergunta corretamente’; (iv) expressões modais que podem significar futuridade ou obrigatoriedade, por exemplo: ‘Você tem de trabalhar’ ou ‘Eu hei de fazer sucesso’; e, por fim (v) orações em que esses verbos atuam como verbo suporte, estas podem ser entendidas como orações que expressam posse, mas o verbo ‘ter’ ou ‘haver’ encontra-se praticamente vazio de sentido, tornando-se possível a substituição do verbo e do objeto por uma palavra só, por exemplo, em expressões como: ‘Eu tenho necessidade de sair’ que podem ser compreendidas como ‘Eu necessito sair’.

No que tange às estruturas de posse formadas por esses verbos, Mattos e Silva (2009) pontua sua participação histórica em orações subdivididas em ‘propriedade inerente’, ou seja, o objeto faz parte do sujeito, por exemplo: ‘Rodrigo tem olhos verdes’; ‘propriedade adquirível imaterial’, normalmente refere-se a substantivos abstratos, como em: ‘As obras terão início em janeiro’; e, ‘propriedade adquirível material’, por exemplo: ‘Marcelo tem duas tesouras’.

Em artigo sobre estruturas com ‘ter’ e ‘haver’ em anúncios do século XIX, Callou e Avelar (2002) afirmam que os estudos diacrônicos das duas formas possibilitam a consideração de muitas funções, visto que tais verbos transitam de plenos, com expressão de posse, a auxiliares, que determinam tempo, modo e aspecto, passando também pela função dos verbos denominados funcionais. Os autores postulam que, no século XIX, o uso de ‘haver’ é predominante apenas em estruturas existenciais.

Ainda sob o viés diacrônico, no Latim, segundo Mattos e Silva e Machado Filho (2002), os dois termos possuem o mesmo valor semântico, sendo ambos verbos plenos que expressam posse, mas Grandgent (1952 apud Mattos e Silva & Machado Filho, 2002) postula que, no ‘latim vulgar’, *habēre* já ocorre como existencial e funcional.

Nos séculos XIII e XIV, português arcaico, ‘haver’ descreve qualquer tipo de posse, como exemplifica Machado Filho (2013, p. 266, Adaptação das autoras para a Língua Portuguesa contemporânea falada no Brasil): “[...] houve um tempo em que aquela terra em que São Symon morava passou por muitas secas e não podiam ter água, de forma que todos os homens e animais morriam.”² Entretanto, o verbo ‘ter’ passa a invadir esse campo semântico, do qual exclui completamente o verbo ‘haver’ no século XVI. Assim, nesse século, ‘haver’ passa pela sintaticização e começa a atuar no campo dos verbos funcionais e dos verbos auxiliares, ‘ter’ ocupa também o campo existencial, passa pela gramaticalização, mas não perde lugar em nenhuma das construções.

Nas pesquisas realizadas sobre o tema, costuma-se destacar a substituição de ‘haver’ por ‘ter’ em todas as estruturas de que participam. Em seus trabalhos, Mattos e Silva (1989, 1996, 1997) aponta persistentemente para a indicação das mudanças já no português arcaico, por meio da variação de ‘haver’ e ‘ter’.

Em seus estudos sobre os verbos ‘ter’, ‘haver’ e ‘ser’, Ribeiro (1996) traça um histórico desses verbos em relação aos tempos compostos. Caracteriza o verbo ‘haver’ como um verbo lexical e pleno no Latim, mas que no português arcaico, começou a aparecer como auxiliar funcional em construções de posse inalienável e auxiliar nas formas perifrásticas e construções existenciais. A autora identifica esse verbo, no português brasileiro atual, como um afixo gramatical de futuro, fenômeno que será mais bem exposto na apresentação das estruturas modais.

Já o verbo ‘ter’ é apontado, no português arcaico, como um verbo lexical pleno, que competiu com ‘haver’ na função de auxiliar e atualmente ocupa esse contexto. No entanto Ribeiro (1996) aponta o verbo ‘ser’ como auxiliar verbal tanto nas perifrásticas passivas e ativas, como nas construções existenciais e locativas, no português arcaico. Segundo a autora, atualmente, o verbo ‘ser’ possui apenas o estatuto de auxiliar em perífrases passivas.

Estruturas de posse

A principal característica das estruturas de posse está na apresentação de um sujeito antes do verbo e um objeto direto após o verbo, tal estrutura exprime o sentido de que este é possuído por aquele. No sentido de posse, Mattos e Silva e Machado Filho (2002) pontua que, no século XIII, era o verbo haver que designava qualquer tipo de posse e, com o passar do tempo, ter passa a exercer a função de verbo pleno em orações de posse de objetos materiais até a posse de características inerentes; com isso, em meados do século XVI, o verbo haver é excluído de tais construções.

Eleutério (2003), ao descrever as diferenças semânticas entre os verbos, explica que, no português medieval, o verbo haver possuía o significado de adquirir, alcançar e obter; enquanto o verbo ter expressava o sentido de manter, guardar ou possuir. De acordo com a autora, ocorria a troca do verbo ter pelo haver, mas mantinha-se clara a diferença nos significados. É possível inferir que a semelhança dos sentidos possibilitou que o verbo ter avançasse cada vez mais o domínio do verbo haver no sentido de posse.

Segundo Mattos e Silva (1996) o avanço do verbo ter no campo semântico de posse corresponde à época em que a Língua Portuguesa estava mudando de estágio: do português arcaico para o português moderno. Portanto, a autora ressalta que o desaparecimento do verbo haver possessivo e o surgimento de ter existencial, assim como outros fenômenos, podem ser indícios de uma nova fase do português.

Como a mudança não ocorreu de maneira abrupta, mas lenta, há casos em que o verbo haver pode ser interpretado com o sentido de posse ou existencial. Como não é possível definir se o verbo é existencial ou possessivo, Mattos e Silva (1996) denomina estas construções como ‘contextos opacos’.

² “hũ ũ tempo aveo que em aquela terra hu sã symhon morava fez muy grandes secas e nõ podiam ‘haver’ agua de guysa que os homens e as animalhas morriam todas”

Adaptação das autoras para a Língua Portuguesa contemporânea falada no Brasil: “houve um tempo em que aquela terra em que São Symon morava passou por muitas secas e não podiam ter água, de forma que todos os homens e animais morriam.”

Estruturas de tempo composto

De acordo com Batista (2012), as estruturas em que os verbos 'ter' e 'haver' antecedem o particípio de um verbo podem ser consideradas resquícios da formação sintática latina, decorrente dos temas *infectum* e *perfectum* (Eleutério, 2003). Possivelmente, com o tempo, estas orações passaram por reorganizações semânticas e morfossintáticas que possibilitavam diferentes interpretações da oração formada por ter ou haver + particípio passado + complemento direto.

Atualmente, os verbos 'ter' e 'haver' são considerados os principais verbos auxiliares com os quais são empregados os particípios regulares, como, por exemplo em: "O governo havia aceitado a proposta dos trabalhadores" (Faraco, Moura, & Maruxo Jr., 2010, p. 312). Ou ainda em "Tenho estudado português" (Cunha & Cintra, 2016, p. 508).

No início, de acordo com Batista (2012), a forma verbal no particípio estava relacionada ao complemento direto e funcionava como adjetivo. Assim, o verbo apresentava desinências de gênero e número de acordo com o objeto a que se referia. Para a formação do tempo composto, Mattos e Silva (1996) caracteriza o haver como dominante no período arcaico; já no século XVI, o ter passa a explorar o campo das estruturas de período composto, assim como de orações existenciais.

Estruturas modais

As estruturas de valor modal são assim organizadas: sujeito, verbo haver ou ter, preposição de ou que seguida por um verbo infinitivo, por exemplo, "Temos de trabalhar no próximo sábado" e "Havemos de conseguir o prêmio do Concurso de Poesia da escola" (Faraco et al., 2010, p. 330). Estas estruturas indicam que o sujeito precisa fazer algo, expressando o valor de obrigatoriedade, ou que o sujeito vai fazer algo, expressando apenas a futuridade.

De acordo com Batista (2012), é possível questionar se as orações modais com o verbo 'ter' e 'haver' são semelhantes semanticamente. Mattos e Silva (1996) afirma que o verbo haver expressa apenas futuridade, enquanto o verbo ter expressa obrigatoriedade e futuridade.

Ao observar a diacronia da língua, nesse aspecto, verifica-se como as formas de futuro expressas por haver de são fundamentais no processo de formação do futuro sintético do português. De acordo com Castilho (2010), no Latim, o futuro em -bo foi substituído pela forma analítica [V + *habere*]. Como o Latim admitia certa flexibilidade na ordem dos constituintes, a perífrase verbal podia ocorrer com o verbo principal antes ou após habere (*amare habeo* / *habeo amare*). Da primeira construção, resultou o futuro sintético (amar-hei > amarei), enquanto da segunda estrutura resultaram as formas de modalização (hei de amar) e o futuro analítico, geralmente formado pelo verbo ir + infinitivo, atualmente preferido pelos falantes.

No português arcaico, segundo documenta Mattos e Silva (1996), apenas haver era usado como 'auxiliar aspectual de futuridade'. De acordo com dados de trabalhos da autora, ao menos nos Diálogos de São Gregório e na Carta de Caminha, ainda não havia a variação entre 'ter' e 'haver' nesse tipo de construção. A variação começa a surgir em meados do século XVI (Mattos e Silva & Machado Filho, 2002), mas não exatamente com os mesmos valores semânticos.

Estruturas impessoais

Por volta do século XVI, quando 'ter' se torna o verbo padrão para expressar a posse, tal elemento verbal começa também a penetrar o campo das orações existenciais. Consequentemente, 'haver', que já havia suplantado o uso do verbo ser como existencial, começa a dividir certos contextos com a forma inovadora ter. Assim, inicia-se uma mudança que pode ser englobada dentre os aspectos que permitem distinguir uma norma linguística brasileira distinta da de Portugal (Callou & Avelar, 2001).

As construções existenciais, em geral, são caracterizadas pelo esquema: verbo ter ou haver seguido por objeto direto. Costumam ser denominadas construções impessoais pelas gramáticas normativas, uma vez que não apresentam sujeito, mantendo-se invariáveis na terceira pessoa do singular. Os exemplos apresentados por Faraco et al. (2010, p. 312) para esse tipo de construção são: "Houve um espetáculo ontem" para acontecimento, e "Há poucos alunos na sala", para existência.

Outra característica importante das existenciais prototípicas é a presença de uma expressão locativa ou temporal na sentença, pois, segundo Lyons (1979), para afirmar que alguma coisa existiu, é necessário complementar com informações sobre quando ou onde. No português arcaico, tais expressões podiam ser consideradas obrigatórias, segundo Mattos e Silva (1996), mas facultativas no português brasileiro.

No português europeu, conforme Carrilho e Pereira (2011), as ocorrências do verbo *ter* existencial ainda são poucas, se comparadas às do português brasileiro, mas já podem ser observadas em algumas localidades. Um dos exemplos do uso do verbo *ter* existencial, apresentados pelos autores, consiste em: “Porque aqui à nossa frente, tinha um alto, tinha um moinho de vento e não via a casa da minha mãe!” (Carrilho & Pereira, 2011, p. 120).

Ensino de gramática

A gramática tradicional, de acordo com Mattos e Silva e Machado Filho (2002), estabelece regras para o uso de um modelo, ou padrão da língua, a fim de orientar os falantes de outras variantes da mesma língua e até mesmo os que dominam algumas das regras referentes a esse padrão. A autora relata os estudos gramaticais desde os primórdios, na Grécia antiga e contrapõe os sofistas a Platão, afirmando, baseada em Lyons (1979), que o erro clássico de tomar a escrita como precedente ao uso e sistematizar uma variante da classe privilegiada em detrimento das outras se iniciou nesses primeiros estudos da língua grega e, posteriormente, latina.

É possível observar que a diferença entre a fala e a escrita já existia desde os primeiros estudos sobre gramática das línguas. O mesmo verifica-se sobre a distância entre a norma praticada pelos falantes cultos e a norma apresentada pelos compêndios gramaticais. Para Faraco (2002), norma linguística é o uso comum da língua por um determinado grupo, portanto, em uma sociedade diversificada e estratificada, há inúmeras normas linguísticas. Dessa forma, a norma culta é a norma do grupo social que lida mais diretamente com a cultura escrita e usa correntemente a língua em situações mais formais.

Faraco (2002) enfatiza que o conceito de norma culta não pode se confundir com o de norma padrão. A norma padrão, conforme o autor, é resultado de um processo fortemente unificador, desencadeado pela cultura escrita, associada ao poder social; tal processo visa a uma relativa estabilização da língua, neutralizando a variação e controlando a mudança.

A norma padrão desconsidera marcas dialetais salientes na sociedade, tornando-se uma referência ‘supra-regional e transtemporal’ que produz um efeito unificador sobre as demais normas. Assim, a norma padrão age como uma força centrípeta no interior da língua que, por se tratar de um fenômeno social, é inerentemente centrífuga, mas o padrão não suplantar a diversidade, pois para isso seria necessário tornar a sociedade homogênea e extinguir o movimento e a história (Faraco, 2002).

No Brasil, ainda de acordo com Faraco (2002), a norma padrão foi construída a partir de um modelo lusitano de escrita praticado por alguns escritores do Romantismo, tornando-se excessivamente artificial. Assim, mesmo que a norma culta seja a mais próxima da norma padrão, aquela ainda se distancia em muito desta, motivando, na sociedade brasileira, uma atitude normativista que busca e condena usos, mesmo os correntes na norma culta, que fujam às regras impostas pelos compêndios gramaticais mais tradicionais.

Mattos e Silva (2005), citando o ensaio *O português no Brasil*, de Houaiss (1985), evidencia que, mesmo com a democratização do ensino, a norma padrão era tida como a única digna de ser ensinada e comentada em sala de aula, enquanto as outras variedades eram discriminadas e deveriam ser sanadas. A autora cita o ‘Parecer Renaut de 1975’, a fim de demonstrar ainda mais o desejo de purificar a língua.

Castilho (1980) depreende duas orientações básicas para a elaboração de gramáticas normativo-prescritivas. A primeira orientação consiste no normativismo em relação à sociedade, destacando a norma como fator de aglutinação social – envolvendo relações entre língua e nação, língua e império e língua e mobilidade social –, ou como bom gosto literário, ou, como fonte de autoridade do gramático sobre a sociedade. A segunda orientação é voltada para a própria língua e considera a fidelidade linguística – fator predominante no Brasil devido à culturalização em Latim após a alfabetização, o privilégio da língua escrita e a oposição entre a lógica da língua e a língua natural.

Castilho (2002) afirma que houve e ainda há, em alguns ambientes, uma fase em que, de maneira simplificada, identificava-se uma variante diacrônica ou geográfica como o melhor português a ser falado e ensinado. Com a evolução dos estudos linguísticos e com a busca por uma alternativa de ensino da língua que fuja ao simples ditado de regras, alguns professores tomaram para o ensino da Língua Portuguesa o ‘vale tudo’, como postura demagógica de democratização da língua e luta contra o preconceito linguístico, porém isto, segundo o autor, é tão ou mais prejudicial para o ensino que o privilégio da gramática normativa anteriormente vigente.

De acordo com Mattos e Silva (2005, p.41), o Projeto NURC teve o intento de observar as normas do português culto no Brasil, descrevendo sua gramática, para talvez influenciar gramáticas pedagógicas,

fornecendo bases da variedade real do português no Brasil. Vale ressaltar que a gramática publicada por Castilho (2010) e analisada neste trabalho é, em parte, fruto dos trabalhos do Projeto NURC junto a outros projetos.

Mattos e Silva (2004b) refuta a afirmação de que vai mal o português falado no Brasil e defende que o que acontece é o deslocamento do problema. Não se compreende, ou não se quer compreender, que os falantes no Brasil dominam a sua variedade linguística, mas não dominam a norma imposta de maneira arbitrária por outro grupo social. A autora reitera que a crise no ensino de Língua Portuguesa tem a sua origem no 'erro clássico' mencionado por Lyons (1979), pois objetiva ensinar uma variedade padrão imposta pelo grupo social dominante em detrimento das outras variedades linguísticas. Encara-se assim o ensino da língua materna como um ensino de correção e a escola constitui-se uma 'escola reprodutora' da sociedade dominante.

De acordo com Mattos e Silva (2004a), se a valorização da diversidade da língua for devidamente trabalhada na escola, será atingido o objetivo final de tornar o estudante um falante pluridialeto. Se o estudante tornar-se capaz de distinguir as ocasiões em que pode utilizar cada variedade e de utilizá-las com maestria, será um sujeito que não se calará, mas se fará ouvir, que não tentará abster-se da escrita, ou escrever o mínimo que puder, mas valorizará a escrita, a partir do gosto adquirido pela leitura.

A autora defende que o ponto de partida para o ensino da língua materna deve ser a língua falada, já dominada pelo estudante. A partir da fala e de sua consciência metalinguística, o professor pode explorar as propriedades estruturais da língua, pois os alunos já têm consciência de que há estruturas agramaticais na língua e sabem que também existem impossibilidades semânticas. Tomando-se como ponto inicial para o ensino o saber linguístico que o aluno já possui e desenvolvendo a partir dele novos conhecimentos metalinguísticos, o aluno poderá se tornar mais capaz de pensar a sua língua e suas variedades.

O ensino de gramática no momento propício é tão necessário, quanto o ensino de matemática, filosofia e de outras disciplinas que proporcionam o desenvolvimento criador do aluno, visto que "[...] na confluência da razão e da criação estão, certamente, as formas de saber que mais condições apresentam para a formação intelectual e afetiva do ser humano em seu processo de escolarização" (Mattos & Silva, 2004b, p. 84).

Outro motivo para o ensino da gramática, segundo Mattos e Silva (2004b), é histórico: os alunos não podem ser privados desse saber e dessa busca pelo conhecimento do funcionamento da língua que, no ocidente, se iniciou na Grécia clássica. Além das razões pedagógicas e históricas, a autora também apresenta uma razão social para o ensino da gramática na escola, argumentando que o conhecimento gramatical da língua é necessário à prática dessa língua em todos os seus momentos de uso.

Assim, é importante finalizar esta seção com a consciência de que o objetivo de a Língua Portuguesa ser ensinada nas escolas deve ser o exposto por Mattos e Silva (2004b): formar um aluno que saiba falar diversas variedades da língua e que possa se comunicar pela língua escrita e falada.

Análise da abordagem dos verbos 'ter' e 'haver' pelas gramáticas normativas

Nesta seção são analisadas duas gramáticas normativas: *Gramática normativa da língua portuguesa* (Rocha Lima, 1974) e *Gramática da língua portuguesa* (Cunha, 1982), a fim de observar como ambas contemplam as possibilidades de uso dos verbos 'ter' e 'haver', cuja variação e mudança foram detectadas nas páginas anteriores.

Gramática normativa da língua portuguesa – Rocha Lima, 1974.

Rocha Lima (1974) publicou a primeira edição da *Gramática normativa da língua portuguesa* no ano de 1957. Intitulado 'No liminar' há um texto com características de prólogo da décima quinta edição que foi reproduzido na décima sétima, aqui analisada. Nesse texto observa-se a reconsideração do autor sobre certos conteúdos publicados nas edições anteriores. Nas palavras de Rocha Lima (1974, p. XIV):

A partir de certa altura de sua jornada, teve este livro o texto estereotipado, e, pois, irrefundível. Em razão disso, não pôde o Autor, muito a seu malgrado, carrear para a obra novas idéias, novas doutrinas, novos métodos – enfim, a visão nova que passou a ter, no curso dos últimos anos, dos problemas de teoria gramatical e seu ensino.

Após esta declaração, o autor afirma que já é tempo oportuno para refazer o trabalho para a Gramática normativa 'viver a segunda fase de sua carreira'. Com estas observações, verifica-se que o autor busca

adequar sua publicação aos novos pensamentos a respeito da gramática normativa e até mesmo da heterogeneidade da língua.

De acordo com o autor, houve o acréscimo e a substituição de certos capítulos, além do enriquecimento dos exemplos com fatos da língua trazidos por autores contemporâneos à obra. Mas ainda observa-se o cunho de gramática normativa e até mesmo prescritiva com a afirmação do autor sobre o ‘bom uso da língua literária’, em que ele se baseia nos prosadores e poetas da época.

Para Almeida Baronas e Gonçalves (2013), essa gramática encaixa-se na concepção de linguagem como expressão do pensamento, haja vista sua ênfase no ensino da estrutura da língua com o objetivo de alcançar o pensamento lógico. Quanto à abordagem sobre os verbos ‘ter’ e ‘haver’, é possível verificar que Rocha Lima (1974) compreende-os como verbos auxiliares fundamentais para tempos compostos, ao lado da forma passiva ‘ser’. O autor não faz distinção do uso de ambos os verbos.

Depara-se, então, com uma sucinta e breve menção aos verbos ‘ter’ e ‘haver’ na publicação de Rocha Lima (1974). Apesar de seu caráter normativo e prescritivo, não é possível detectar normas e prescrições sobre o uso de ambos os verbos. Rocha Lima (1974), ao classificar os verbos em anômalos, defectivos e abundantes, divide os defectivos em impessoais, unipessoais e em um terceiro grupo formado por verbos que carecem de algumas de suas formas, por razões de eufonia. Nesse capítulo, não é citado o verbo ‘haver’, mas, no capítulo sobre concordância verbal, Rocha Lima (1974) dedica uma seção aos verbos impessoais, incluindo nela o verbo ‘haver’, significando a existência de uma pessoa ou coisa.

No capítulo em que trata dos termos da oração, Rocha Lima (1974) menciona a existência de orações sem sujeito, que são aquelas que denotam fenômenos da natureza e as construídas com os verbos ‘haver’, ‘fazer’, ‘ser’, empregados impessoalmente em produções de grandes poetas no Brasil. Nesse sentido, o verbo ‘ter’ não é mencionado, no entanto é preciso considerar que, à época, os estudos linguísticos não se ocupavam muito dos usos da língua.

Gramática da língua portuguesa – Cunha, 1982.

A oitava edição da publicação de Cunha (1982), denominada *Gramática da língua portuguesa*, foi analisada nesta pesquisa. A primeira edição da obra foi publicada em 1972. Na apresentação, o autor afirma que o objetivo desta obra é ‘tornar-se um útil instrumento nas mãos dos alunos da Escola Média’. Na apresentação, Cunha (1982) declara que procura expor a variedade culta da língua de acordo com a utilização dos autores literários a partir do Romantismo, concedendo privilégio aos escritores do século XX.

Quanto à referência que faz aos verbos que interessam à presente pesquisa, Cunha (1982, p. 379) apresenta ‘ter’ e ‘haver’ como verbos auxiliares principais, sendo empregados com o particípio do verbo principal (exs: “Tenho escrito aos meus pais” e “Háviamos comprado um barco”) e com o infinitivo do verbo principal, antecedido por uma preposição (exs: “Tenho de escrever a meus pais” e “Havemos de comprar um barco”). Verifica-se que o autor trata das orações classificadas neste trabalho como de tempo composto e orações modais, respectivamente.

Posteriormente, Cunha (1982) expõe as conjugações dos verbos ‘ter’ e ‘haver’, ‘ser’ e ‘estar’, sem apresentar preferência a nenhum dos usos. São mencionadas, novamente, as construções de tempo composto constituídas, nas palavras de Cunha (1982, p. 385, grifo do autor), “[...] de formas do verbo ‘ter’ (ou, mais raramente, ‘haver’) com o particípio do verbo que se quer conjugar”. Em seguida, o gramático lista as possíveis formações de tempo composto, apresentando exemplos. Ressalta-se que todos os exemplos apresentados consistem em construções com o verbo ‘ter’.

Nas páginas 494 a 497, Cunha (1982) apresenta a ‘Sintaxe do verbo haver’, explorando os momentos em que esse verbo pode ser empregado em todas as pessoas verbais: a) ‘quando é auxiliar’; e, b) ‘quando é verbo principal’. Como verbo principal, Cunha (1982) apresenta os seguintes significados para o verbo ‘haver’: conseguir, obter, alcançar, adquirir, entender-se e ajustar contas. Além desses sentidos, o autor também apresenta o significado de ‘ser possível’ e classifica como raro, nos escritos atuais, mas realizável no português arcaico, o verbo ‘haver’ com o significado de possuir.

Posteriormente, o autor apresenta também o verbo ‘haver’ impessoal, com o significado de existência ou de indicador de tempo decorrido, alertando que, nesses casos, conjuga-se esse verbo apenas na 3ª pessoa do singular, diferente do verbo ‘existir’. Cunha (1982) não faz menção ao uso do verbo ‘ter’ na acepção de existir.

Em resumo, verifica-se que Cunha (1982) demonstra preferência pelo verbo 'ter' para construções de tempo composto e apresenta de maneira equivalente os verbos 'ter' e 'haver' enquanto verbos auxiliares. O autor descreve apenas o verbo 'haver' de maneira minuciosa e, ao tratar de verbos existenciais, não menciona o verbo 'ter'.

Considerações sobre os verbos 'ter' e 'haver' de acordo com as gramáticas normativas analisadas.

Rocha Lima (1974) faz poucas abordagens sobre os usos dos verbos 'ter' e 'haver', detendo-se na função de auxiliar para a formação de tempo composto, mas não há prescrição que recomende o uso preferencial de um verbo ou outro. Posteriormente, o autor menciona duas vezes o verbo 'haver', como existencial, mas ignora o 'ter' para esta função. Conclui-se que o autor considera o verbo 'ter' inapropriado para tais formações, ignorando seu uso frequente e, portanto, a variação existente.

Cunha (1982) faz uma abordagem mais completa, preferindo o verbo 'ter' para a formação de tempo composto, tal preferência pode ser explicada pela maior produtividade do verbo 'ter' nestas formações, desde o século XVI (Eleutério, 2003). A variação nesse tipo de formação é considerada pelo autor, ainda que sutilmente. Como auxiliares para orações modais, ambos os verbos são comentados e exemplificados igualmente, sem que o autor demonstre alguma preferência. Já o verbo *ter* impessoal não é mencionado, como Rocha Lima (1974), o autor ignora essa variação entre os verbos.

Verifica-se que os autores ignoram quase completamente a variação histórica dos verbos 'ter' e 'haver', ocorrendo apenas um sutil comentário de Cunha (1982). O verbo 'ter' é legitimado apenas como auxiliar e desconsiderado no sentido existencial, enquanto o 'haver' é o único citado nesse tipo de oração.

Análise dos usos de 'ter' e 'haver' de acordo com gramáticas descritivas

Nesta seção serão analisadas as abordagens de duas gramáticas voltadas para os estudos linguísticos: *Nova gramática do português brasileiro* (Castilho, 2010) e *Gramática do português brasileiro* (Perini, 2010). O objetivo, ao analisar essas gramáticas, é fazer uma contraposição entre as gramáticas normativas e verificar se a variação e mudança dos verbos 'ter' e 'haver' são retratadas nas produções mais ligadas à área acadêmica.

Nova gramática do português brasileiro – Castilho, 2010.

A *Nova gramática do português brasileiro*, segundo o seu autor, Castilho (2010), não consiste em uma gramática de listas e classificações, mas na exposição da língua como um complexo sistema. Além disso, o autor não se fundamenta na língua literária, pois defende que os autores de textos literários buscam explorar todas as potencialidades da língua de acordo com objetivos estéticos singulares enquanto as regularidades linguísticas devem ser identificadas pelas gramáticas que estão no uso comum dos cidadãos que conversam entre si, que leem jornais. Castilho (2010) afirma que há muitas teorias linguísticas, mas não é possível encontrar uma que compreenda a língua e todo o seu dinamismo.

O autor, em sua gramática, compreende a língua como 'um conjunto articulado de processos':

Quando falamos ou quando escrevemos, uma intensa atividade é desencadeada em nossas mentes com enorme rapidez, acionando quatro sistemas linguísticos, cada um deles configurado por um elenco de categorias: o léxico, a semântica, o discurso e a gramática. Esses sistemas são articulados pelos princípios sociocognitivos que regem a conversação, a mais básica das atividades linguísticas (Castilho, 2010, p. 31-32).

Dessa maneira, o autor apresenta a teoria multissistêmica e afirma que contém forte conteúdo funcionalista-cognitivista.

Na seção 'Síntagma verbal' (Castilho, 2010), o autor insere informações sobre a gramaticalização dos verbos, em que esclarece que o verbo passa de pleno para funcional e depois para auxiliar. Para exemplificar tal proposição, explica os casos dos verbos 'ser' e 'estar' e 'ter' e 'haver'. De acordo com essa gramática, os verbos 'ter' e 'haver', em latim *tenere* (ter em suas mãos, possuir) e *habere* (ter em sua posse, ser dono, guardar), já tiveram sentido pleno de posse.

Para indicar quando ambos os verbos foram utilizados com sentido de posse e concorreram entre si, o autor baseia-se em Mattos e Silva (1994 apud Castilho, 2010) que estabelece para o verbo 'haver', no princípio, a ocorrência com complementos de qualquer valor semântico. Do século XIV para o XV, segundo a autora, o verbo 'ter' só ocorria substituindo o verbo 'haver' seguido de complementos com o valor semântico

de ‘bens materiais adquiríveis’ e, com menor frequência, de ‘qualidades intrínsecas adquiríveis’. Já na primeira metade do século XV, o verbo ‘ter’ ocorre também com o complemento que indica ‘qualidades intrínsecas ao sujeito’, mesmo assim, o verbo ‘haver’ continua mais frequente. Na segunda metade do mesmo século, o ‘haver’ deixa de predominar, enquanto o ter conquista mais espaço nos três sentidos de posse.

Castilho (2010) explica que, ao perder espaço em estruturas com sentido de posse, o verbo ‘haver’ especializa-se em construções existenciais, tomando o lugar do verbo ‘ser’ existencial. Mas, posteriormente, o verbo ‘ter’ também avança em estruturas existenciais. Nas estruturas existenciais, esses verbos ainda atuam como verbos plenos. Esta é a única referência que o autor faz aos verbos ‘ter’ e ‘haver’ em estruturas existenciais.

Em seguida, o linguista apresenta o verbo ‘ter’ como verbo funcional ou suporte, função em que não atua mais como verbo pleno. Ao apresentar o verbo ‘ter’ nesta função, o autor encaminha o leitor à seção em que explica o funcionamento dos verbos-suporte.

Na seção em que explica o verbo-suporte, o autor define-os como:

(1) Os verbos-suporte apresentam uma forte solidariedade sintática com o substantivo que se segue [...]. (2) O sentido do sintagma verbal complexo deriva do conjunto formado pelo verbo-suporte + substantivo, tornando impossível a substituição do verbo-suporte por um sinônimo [...]. (3) O verbo-suporte supre certas faltas no léxico da língua (Castilho, 2010, p. 410).

Castilho (2010) atribui à gramaticalização a razão pela qual o mesmo verbo pode atuar como verbo pleno ou como verbo funcional ou suporte, a depender da construção em que se encontra, tomando como exemplo os verbos ‘ser’ e ‘estar’, ‘ter’ e ‘haver’. O autor denomina esse uso do verbo como sintagma verbal complexo e explica que esse tipo de sintagma está no intervalo entre a liberdade de construção da sintaxe e as unidades prontas do léxico. Como exemplo, a construção: ‘A reunião teve início às nove horas’.

Após apresentar o verbo *ter* como verbo-suporte, Castilho (2010) apresenta ‘ter’ e ‘haver’ como verbos auxiliares em formações do futuro e do pretérito perfeito composto. O autor afirma que a auxiliarização de ‘ter’ e ‘haver’ possibilitou a formação do futuro do presente e do futuro do pretérito, pois o futuro do presente (ex. amarei) formou-se a partir de uma perífrase do latim vulgar, em que a forma ‘*habeo*’ atuava como auxiliar e, posteriormente, sofreu redução fonológica.

Sobre a formação do pretérito perfeito composto, o linguista esclarece que, inicialmente, no latim vulgar, o particípio atuava apenas como adjetivo como em: “*Habeo epistolam scriptam* – Haver (primeira pessoa do singular) uma carta escrita” (Castilho, 2010, p. 406). Mais tarde houve uma reanálise e o valor semântico do particípio passou a ligar-se aos verbos ‘ter’ e ‘haver’ enquanto auxiliares: “A mudança do enfoque temporal pode ter resultado da gramaticalização de *ter/haver* e do particípio: o valor de tempo presente procede de *ter/haver*, que passam a auxiliares; o valor de tempo passado procede do particípio” (Castilho, 2010, p. 406-407).

Observa-se que, nessa gramática, não há prescrições ou normas de uso, antes há a descrição dos possíveis usos e dos processos pelos quais esses verbos passaram, a partir de estudos linguísticos.

Gramática do português brasileiro – Perini, 2010.

Perini (2010) concentra suas pesquisas no português brasileiro falado, na sintaxe do português brasileiro, no ensino da Língua Portuguesa e na gramática de construções. *A gramática do português brasileiro* (Perini, 2010) é resultado das muitas pesquisas do autor sobre as características fonológicas, morfológicas e, principalmente, sintáticas e semânticas do português brasileiro. Na apresentação dessa gramática, o autor propõe desenvolver um estudo descritivo da língua falada, fugindo das normas e tomando como legítima toda a construção que ocorre na língua.

Na *Gramática do português brasileiro* (Perini, 2010), também são questionados e explicados os conceitos e as nomenclaturas gramaticais, pois, de acordo com o autor, muitos desses conceitos não são compreendidos e uma grande parte é inadequada. Assim, o autor apresenta novos conceitos e os explica com o objetivo de levar o leitor ao ‘conhecimento consciente’ das estruturas da língua. De acordo com Perini (2010), esta gramática é indicada para estudantes de cursos de Letras e para professores de Língua Portuguesa.

Perini (2010) organiza sua gramática em nove seções: sintaxe da oração; valência; período composto; uso das formas verbais; sintagma nominal; concordância; classes de palavras; discurso; fonologia.

O autor discorre sobre os verbos ‘ter’ e ‘haver’ logo na primeira seção; no quarto capítulo intitulado: ‘Orações sem sujeito’, ‘ter’ e ‘haver’ são apresentados dentre os verbos que raramente ocorrem com sujeito, como verbos de apresentação de existência.

Ao tratar sobre esses verbos, Perini (2010) apresenta o verbo 'haver' como aquele que ocorre raramente, em contextos que exigem maior policiamento da linguagem, enquanto o verbo 'ter' é a "[...] forma normal" (Perini, 2010, p. 79). Ambos são apresentados como sinônimos, o autor comenta a possibilidade de sentido de posse do verbo 'ter', demonstrando que, com esse sentido, o verbo ocorre com sujeito, enquanto no sentido de apresentação de existência, o verbo não possui sujeito. O autor detém-se no verbo 'ter', apresenta apenas um exemplo com o verbo 'haver': "Houve uma festa na minha casa" (Perini, 2010, p. 80) e ressalta que é mais frequente e predominante na fala, a forma coloquial: "teve uma festa" (Perini, 2010, p. 80). Com esse exemplo, observa-se a valorização do autor à fala e ao uso coloquial da língua, bem como sua verdadeira pretensão de elaborar uma gramática descritiva da língua em uso.

Nesta seção é clara a distinção que o autor faz entre uso e norma padrão para esses verbos, atentando-se mais para os usos do verbo 'ter' e mencionando pouco o verbo 'haver'. Perini (2010) cumpre o seu objetivo de explorar o uso, ao invés da norma padrão.

Ao tratar dos tempos verbais, no capítulo 21, o autor apresenta as formas verbais utilizadas na língua falada do português brasileiro. O verbo 'ter' é mencionado como possível componente na formação do tempo futuro composto, no padrão escrito, como em: "Quando vocês chegarem eu já 'tere' terminado / vou ter terminado' meu trabalho" (Perini, 2010, p. 224). Mas ressalta que no português brasileiro falado usa-se: "Quando vocês chegarem eu já 'terminei' o meu trabalho" (Perini, 2010, p. 224).

No capítulo seguinte, é explorado o tempo passado dos verbos, como no capítulo 21, são ressaltadas as formas mais comuns no português brasileiro falado. Perini (2010) apresenta dois tipos de tempo passado: o perfeito e o imperfeito; a diferença dos dois, segundo o autor, consiste na focalização do perfeito nos limites temporais da situação descrita, enquanto o "[...] com o imperfeito o verbo indica um evento ou estado habitual, ou uma qualidade considerada como válida para um período extenso no passado" (Perini, 2010, p. 228).

Ainda no capítulo 22, Perini (2010, p. 232) apresenta os passados compostos, nesse momento, o autor detém-se nas formas que utilizam o verbo 'ter' + particípio verbal. Quando o auxiliar 'ter' é utilizado no presente seguido do particípio verbal, o autor afirma que a construção indica um evento iniciado no passado que continua até o presente, alguns exemplos apresentados são: "Tem chovido horrores nos últimos dias" e "Essa menina tem estudado demais".

A seguir, o autor apresenta o 'mais-que-perfeito composto', definido como o tipo de construção que se refere a um evento passado e anterior a outro evento também passado, esta construção é formada pelo verbo *ter* no imperfeito e o particípio verbal, como exemplo: "O candidato declarou que tinha lido todos os livros do programa" (Perini, 2010, p. 232). Seguindo a linha de gramática descritiva, Perini (2010) afirma que o mais-que-perfeito simples está fora de uso no português brasileiro e mesmo no padrão escrito é raro, podendo ser considerado arcaico.

Perini (2010, p. 232, grifo do autor) apresenta "Outras formas compostas com 'ter'" e afirma que a forma "vou + ter + verbo no particípio passado" é pouco utilizada no PB, pois ao invés de dizer: "O jogo já vai ter acabado quando você chegar". É preferível dizer "O jogo já acabou quando você chegar". São mencionadas também as formas com o verbo 'ter' no infinitivo, no gerúndio e no subjuntivo.

Ao deter-se sobre os capítulos a respeito do tempo verbal, observa-se a valorização do verbo 'ter' em detrimento do verbo 'haver', que não é citado como possibilidade para a formação de orações com tempo composto. Tal fato comprova que o autor considera o verbo 'haver' um verbo em desuso nesses contextos no português falado no Brasil.

No capítulo 24, Perini (2010) faz menção novamente ao verbo 'ter'. Nesse capítulo, o autor trata dos verbos auxiliares e modais, define verbos auxiliares como os verbos que podem se combinar com o gerúndio, o infinitivo ou o particípio de outro verbo, mantendo o mesmo valor semântico e valência das formas verbais simples; a definição dos verbos modais é dada como semelhante à dos verbos auxiliares, no que diz respeito à valência dos verbos, por isso o autor afirma que eles podem ser adicionados à lista de verbos auxiliares, mesmo tratando-se de um grupo diversificado semanticamente, os verbos modais tem comportamento sintático e valencial parecido com o dos demais auxiliares.

Quanto aos verbos auxiliares, o autor ressalta 'ter', 'ir' e 'estar': 'ter' complementado pelo particípio (eu tinha comido); 'ir' complementado pelo infinitivo (eu vou comer); 'estar' complementado pelo gerúndio (eu estou comendo). Perini (2010) lembra que a única forma tradicionalmente aceita é 'ter' + particípio, enquanto as formas 'ir' + infinitivo e 'estar' + gerúndio são excluídos; porém, realçando o caráter descritivo

do português falado desta gramática, o autor afirma que esta regra não se aplica ao uso da Língua Portuguesa no Brasil, assim todos são considerados auxiliares seguidos de formas especiais do verbo.

Já sobre os verbos modais, os verbos ‘dever’, ‘ter que’ e ‘querer’ são mencionados logo em seguida, com a ressalva de que o verbo ‘dever’ funciona como modal apenas com o sentido de ‘ser provável’. ‘Ter que’ é apenas mencionado, o autor não faz referência ao sentido de obrigatoriedade ou necessidade que esse verbo expressa, enquanto modal, mas apresenta exemplos que expressam esse sentido: “Esse menino tem que estudar mais”; “Tem que chover, senão vamos perder a safra” (Perini, 2010, p. 239).

O verbo ‘haver’ não é mencionado como modal, com esta omissão compreende-se que o autor considera-o em desuso no português falado, bem como, de acordo com as apresentações do autor, vem perdendo espaço em todas as suas outras funções, tornando-se apenas um verbo utilizado na escrita formal. O autor apenas menciona o verbo ‘haver’ no sentido existencial, nomeado por ele como ‘apresentação de existência’. Ao mencioná-lo, ressalta que esse verbo não é utilizado com esse significado na fala dos brasileiros. Nos outros momentos em que o verbo ‘ter’ é mencionado, o verbo ‘haver’ é excluído, demonstrando que, para Perini (2010), o verbo ‘haver’ já não faz parte da fala do brasileiro.

Considerações sobre os verbos ‘ter’ e ‘haver’ de acordo com as gramáticas descritivas

Diferentemente das gramáticas normativas analisadas, as gramáticas de Castilho (2010) e Perini (2010), descritivas, demonstram grande preocupação com os usos dos verbos ‘ter’ e ‘haver’.

Verifica-se que a publicação de Castilho (2010) analisa profundamente os processos pelos quais esses verbos passaram, tal análise pauta-se em sua teoria de multissistemas. A leitura dessa gramática exige do leitor conhecimento linguístico aprofundado, devido aos seus termos técnicos e o entrecruzamento de diversas teorias linguísticas. Para Castilho (2010), os verbos ‘ter’ e ‘haver’ passaram pelo processo de gramaticalização, que motivou a mudança e a predominância do verbo ‘ter’ no português brasileiro.

Perini (2010) apresenta uma gramática de leitura mais facilitada, em que explica as nomenclaturas utilizadas e apresenta bastantes exemplos. O autor não se aprofunda tanto nos processos de variação e mudança, mas apresenta as diferenças entre o português falado e o português apresentado nas gramáticas normativas. O autor evidencia a exclusão do verbo ‘haver’ e a produtividade do verbo ‘ter’. Com essa análise, verificou-se que Castilho (2010) apresenta com mais detalhes o processo histórico da mudança e variação dos verbos ‘ter’ e ‘haver’, enquanto Perini (2010) enfatiza a variação sincrônica, a exclusão atual do verbo ‘haver’ na fala do brasileiro.

As duas gramáticas possuem caráter descritivo, isto é, não pretendem apresentar normas e regras para o uso da língua, antes descrever a Língua Portuguesa em sua realização no Brasil; dessa forma, evidenciam a mudança e a variação no português brasileiro. Na seção a seguir, são apresentados os dados das gramáticas descritivas analisadas em contraposição com os dados obtidos a partir das gramáticas normativas.

Gramáticas normativas e descritivas: uma comparação sobre a abordagem dos verbos ‘ter’ e ‘haver’

Para finalizar o presente trabalho, segue um quadro comparativo das abordagens sobre os verbos ‘ter’ e ‘haver’ apresentadas pelas gramáticas normativas e descritivas. Nesse quadro são marcados com (X) as gramáticas que mencionam ou apresentam o verbo na estrutura indicada. A partir dessa Tabela 1, é possível sintetizar os resultados obtidos com a análise realizada neste artigo.

Tabela 1. Síntese: verbos ‘ter’ e ‘haver’ nas gramáticas normativas e descritivas.

Estruturas	Gramáticas normativas				Gramáticas descritivas			
	Rocha Lima (1974)		Cunha (1982)		Castilho (2010)		Perini (2010)	
	Ter	Haver	Ter	Haver	Ter	Haver	Ter	Haver
De posse				X	X	X	X	
Tempo composto	X	X	X	X	X	X	X	
Modais			X	X			X	
Impessoais		X		X	X	X	X	X

Fonte: Quadro elaborado com os dados dos autores deste artigo.

Com a síntese dos resultados obtidos, é possível verificar que as gramáticas descritivas apresentam maior número de possibilidades de estruturas para o verbo 'ter' do que as gramáticas normativas. Por outro lado, pode-se visualizar que, para estas gramáticas, o verbo 'haver' é predominante em mais estruturas que o 'ter'.

É importante mencionar as estruturas de posse, para as quais o verbo 'ter' não foi mencionado nas gramáticas normativas, mas cuja presença nessas construções é possível de se inferir, pois o sentido de posse para o verbo 'ter' é o mais frequentemente utilizado. Em relação às estruturas de posse construídas com o verbo 'haver', tanto Cunha (1982), em sua gramática normativa, quanto Castilho (2010), em sua gramática descritiva, apresentam a variação e mudança históricas desse uso.

Quanto às estruturas de tempo composto, observa-se que apenas Perini (2010) não mencionou a presença do verbo 'haver', enquanto todas as outras gramáticas apresentam estruturas com ambos os verbos. Isso se deve principalmente ao fato de Perini (2010) defender que o uso do verbo 'haver' está praticamente banido da língua portuguesa falada no Brasil.

Sobre as construções modais, Rocha Lima (1974) e Castilho (2010) não mencionam nenhum dos verbos nessas estruturas, enquanto Cunha (1982) descreve a presença de 'ter' e 'haver' e Perini (2010) apenas menciona o verbo 'ter'.

No último modelo de construção apresentado, as estruturas impessoais, é possível observar a maior diferença entre as gramáticas normativas e as descritivas. Enquanto as normativas de Rocha Lima (1974) e Cunha (1982) atribuem essas estruturas apenas ao verbo 'haver', as descritivas de Castilho (2010) e Perini (2010) demonstram a presença de ambos os verbos nessas construções.

Com a apresentação desse quadro sintetizando os resultados, pode-se verificar que as gramáticas normativas mantêm-se considerando a norma padrão da língua, sem se voltarem para os usos, ou seja, para a norma culta, em aspectos como a descrição do verbo 'ter' em construções impessoais. Enquanto isso, as gramáticas descritivas apresentam as mudanças e a variação presente no uso dos verbos 'ter' e 'haver'. Dessa forma, ao refletir sobre o ensino de Língua Portuguesa no Brasil, é importante observar a necessidade de que as referências gramaticais que fundamentam o ensino devem considerar também os usos, a variação e as mudanças da língua.

Considerações finais

O trabalho desenvolvido teve o objetivo de observar a abordagem dos verbos 'ter' e 'haver' nas gramáticas normativas e descritivas. Para realizar tal análise, partiu-se da concepção da língua como meio heterogêneo de interação social, considerando o seu caráter de mudança e variação. Assim, considerou-se que as gramáticas de viés normativo apresentam a língua em sua norma padrão, ou seja, de forma artificial, enquanto as gramáticas descritivas consideram a norma culta, realizável da língua e outras variedades, ainda que estigmatizadas.

A partir das gramáticas normativas analisadas, é possível observar que o verbo 'ter' não se faz presente nas orações impessoais, enquanto é considerado apenas como auxiliar. As orações impessoais, então, são restritas para o verbo 'haver', de acordo com as gramáticas normativas. No entanto, as gramáticas descritivas, demonstram a presença do verbo 'ter' em todas as realizações. Dessa forma, é possível constatar que o verbo 'ter' já faz parte da norma culta da língua portuguesa falada no Brasil, mas não é considerado na norma padrão.

Conclui-se, então, que a abordagem do processo de variação e mudança dos verbos 'ter' e 'haver' pode receber maior atenção no ensino de Língua Portuguesa a partir das contribuições das gramáticas descritivas, pois estas abordam os usos da língua pelo falante brasileiro e apresentam extensas abordagens sobre a variação e a mudança dos verbos 'ter' e 'haver'.

Tais dados são importantes para o professor/pesquisador de Língua Portuguesa, visto que, com o acesso a diferentes gramáticas, com diferentes objetivos, terá a possibilidade de abordar a língua em sua diversidade.

Referências

- Almeida, E. S., & Callou, D. (2003). Estruturas com ter e haver em textos jornalísticos do século XIX ao XX. In *Anais do 5º Encontro do Celsul* (p. 510-515). Curitiba, PR.
- Almeida Baronas, J. E., & Gonçalves, L. A. A. (2013). Concepções de linguagem: gramática de língua portuguesa e ensino de língua materna. *Entretextos*, 13(2), 243-265. Doi: 10.5433/1519-5392.2013v13n2p

- Avelar, J. (2005). *Gramática, competição e padrões de variação: casos com ter/haver e de/em no português brasileiro*. Recuperado de <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2425>
- Batista, P. G. (2012). *Ter e haver existenciais na fala culta de Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre: do social ao linguístico*. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/ FL.
- Callou, D., & Avelar, J. (2001). *Sobre ter e haver em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil*. *Gragoatá*, 1(9), p. 85-100.
- Callou, D., & Avelar, J. (2002). Estruturas com ter e haver em anúncios do século XIX. In T. M. Alkimim (Org.), *Para a história do português brasileiro* (p. 47-69). São Paulo, SP: Humanitas.
- Carrilho, E., & Pereira, S. (2011). Sobre a distribuição geográfica de construções sintáticas não-padrão em português europeu. In A. Costa, I. Falé, & P. Barbosa (Eds.), *Textos seleccionados do XXVI encontro da associação portuguesa de linguística* (p. 125-139). Recuperado de [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34131/1/Carrilho%20&%20Pereira%20\(2011\).pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34131/1/Carrilho%20&%20Pereira%20(2011).pdf)
- Castilho, A. T. (1980). A constituição da norma pedagógica do português. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 1(22), 9 -18. Doi: 10.11606/issn.2316-901X.v0i22p9-18
- Castilho, A. T. (2002). Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In M. Bagno, *Linguística da norma* (p. 27-36). São Paulo, SP: Loyola.
- Castilho, A. T. (2010). *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo, SP: Contexto.
- Cunha, C. F. (1982). *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Fename.
- Cunha, C., & Cintra, L. (2016). *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Eleutério, S. (2003). *A variação ter/haver: documentos notariais do século XVII*. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ.
- Faraco, C. A. (2002). Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In M. Bagno (Org.), *Linguística da norma* (p. 37-61). São Paulo, SP: Loyola.
- Faraco, C. E., Moura, F. M., & Maruxo JR., J. H. (2010). *Gramática*. São Paulo, SP: Ática.
- Houaiss, A. (1985). *O português no Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Unibrade Centro de Cultura.
- Lyons, J. (1979). *Introdução à linguística teórica*. São Paulo, SP: Editora Nacional.
- Labov, W. (2008). *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo, SP: Parábola.
- Machado Filho, A. V. L. (2013). *Dicionário etimológico do português arcaico*. Salvador, BA: Edufba.
- Mattos e Silva, R. V. (1989). *Estruturas trecentistas – elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa, PT: IN-CM.
- Mattos e Silva, R. V. (1996). A variação haver/ter. In R. V. Mattos e Silva (Org.), *A carta de Caminha – testemunho linguístico de 1500*. Salvador, BA: Edufba.
- Mattos e Silva, R. V. (1997). Observações sobre a variação no uso dos verbos ser, estar, haver, ter no galego-português ducentista. *Estudos Linguísticos e Literários*, 1(19), 253-285.
- Mattos e Silva, R. V. (2002). *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo, SP: Contexto.
- Mattos e Silva, R. V. (2004a). *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo, SP: Parábola.
- Mattos e Silva, R. V. (2004b). *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo, SP: Parábola Editorial.
- Mattos e Silva, R. V. (2005). *Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina*. São Paulo, SP: Contexto.
- Mattos e Silva, R. V. (2009). Variação ter e haver. In T. Lobo, & K. Oliveira (Orgs.), *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX* (p. 338-351) Salvador, BA: Edufba.
- Mattos e Silva, R. V., & Machado Filho, A. V. L. (2002). *O Português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador, BA: Edufba.
- Oliveira, S. M. (2010). *A variação das formas verbais ter e haver em textos escritos no século XIX*. Recuperado de <http://www.celsul.org.br/Encontros/09/artigos/Solange%20Oliveira.pdf>
- Perini, M. A. (2010). *Gramática do português brasileiro*. São Paulo, SP: Parábola.

- Ribeiro, I. M. O. (1996). A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas ter, haver e ser. In I. Roberts, & M. A. Kato (Orgs.), *Português brasileiro: uma viagem diacrônica* (p. 343-386). Campinas, SP: Unicamp.
- Rocha Lima, C. (1974). H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria José Olympo Editora.
- Viotti, E. (1998). Uma história sobre 'ter' e 'haver'. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 1(34), 41-50. Doi: 10.20396/cel.v34i0.8637050
- Weinreich, U., Labov, W., & Herzog, M. (2006). *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo, SP: Parábola.